

# Os conflitos de classe na recente história política do Brasil

Class conflicts in Brazil's recent political history

Armando Boito Jr.\*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>

Ricardo Stuckert/Instituto Lula



Rovena Rosa/Agência Brasil



Manifestações contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. São Paulo, 2016

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>

## RESUMO

O artigo examina o processo político brasileiro do período 1994-2022. A sua tese mais geral é que esse processo é, principalmente, a resultante, nas condições econômicas e sociais vigentes, do conflito de classes e de frações de classe atuantes na política brasileira. Considera também, na análise desse processo político, os movimentos feminista, negro e LGBT, bem como a forte reação conservadora que tais movimentos ensejaram. Examina as políticas econômica, social, externa e de cidadania dos governos desse período. Caracteriza tais governos valendo-se dos conceitos de neoliberalismo (governos FHC), neodesenvolvimentismo (governos Lula e Dilma) e neofascismo (governo Bolsonaro). Uma questão de fundo é a dificuldade política para a ampliação da democracia e dos direitos sociais no Brasil.

**Palavras-chave:** Política brasileira. Conflitos de classe. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Neofascismo.

## ABSTRACT

The article examines the Brazilian political process from 1994 to 2022. His most general thesis is that this process, in the current economic and social conditions, is the result of the conflict between classes and class fractions active in Brazilian politics. It also considers, in the analysis of this political process, the feminist, black and LGBT movements as well as the strong conservative reaction that these movements gave rise to. It examines the economic, social, foreign and citizenship policies adopted by the governments in this period. It characterizes such governments using the concepts of neoliberalism (FHC governments), neodevelopmentalism (Lula and Dilma governments) and neofascism (Bolsonaro government). A fundamental issue is the political difficulty in expanding democracy and social rights in Brazil.

**Keywords:** Brazilian politics. Class conflicts. Neoliberalism. Neodevelopmentalism. Neofascism.

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto examina a fase atual da história política do Brasil, fase na qual o modelo capitalista neoliberal atravessa um período de instabilidade e a democracia burguesa já apresenta sinais de se encontrar em crise, situação essa semelhante, de resto, àquela verificada em alguns outros países do centro e da periferia do sistema imperialista<sup>1</sup>. Procuramos caracterizar as forças políticas em presença, detectar suas características e apontar a dinâmica do processo político. A pergunta de fundo, ainda que pouco desenvolvida no texto, é a seguinte: esse período de crise poderia ser caracterizado também como um período de transição para um novo modelo de capitalismo, como têm sustentado alguns analistas (FRASER; JAEGGI, 2018)?

Na análise que segue, virão à tona elementos e questões que vale a pena anunciar desde já ao leitor: a divisão, maleável e intermitente, no interior da burguesia brasileira, entre uma fração plenamente integrada, e por vínculos diversos, ao capital estrangeiro e outra fração que, embora unida e dependente desse capital, pretende estabelecer algumas limitações à internacionalização do capitalismo dependente brasileiro; o papel central desempenhado pelo conflito entre essas duas frações da classe capitalista na história política recente do Brasil; a importante presença da classe média no processo político nacional e a sua divisão entre os programas políticos das duas frações burguesas em conflito; o papel secundário, embora importante, desempenhado pelo movimento popular nesse mesmo período; a questão das alianças ou acordos políticos possíveis para o movimento popular; os perigos que tais alianças envolvem; as bases de classe e de fração de classe dos principais partidos políticos e de seus programas; as particularidades do regime político e do sistema pluripartidário brasileiro; a defasagem entre, de um lado, a eleição presidencial, que na prática se converteu em um processo bipartidário, e, de outro, as eleições legislativas e de governadores, que se mantêm como um processo no qual muitos e variados partidos têm presença significativa. Outros fatores institucionais e ideológicos, entrelaçados de diversas maneiras com os conflitos de classe, tiveram grande peso na crise política do impeachment, que resultou na deposição da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, e na ascensão do bolsonarismo ao governo em 2018: a intervenção das Forças Armadas e do Judiciário no processo político nacional e a mobilização política e eleitoral do racismo e do machismo contra os governos e candidatos do PT.

## 2. O PROBLEMA

Desde a crise política de 2015-2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), o arranjo político que dava estabilidade ao bloco no poder sob a hegemonia da grande burguesia interna e sua política neodesenvolvimentista foi substituído por outro, que representa a hegemonia da grande burguesia associada ao capital estrangeiro. Essa nova hegemonia, porém, e diferentemente da anterior, afirma-se com muitas dificuldades numa situação de instabilidade política. O governo Michel Temer (2016-2018),

<sup>1</sup> Neste texto, pretendo sintetizar, esclarecer e atualizar algumas teses e argumentos que desenvolvi em meu livro *Reform and political crisis in Brazil: class conflicts in Workers' Party governments and the rise of Bolsonaro neo-fascism* (BOITO JR., 2021). Uma versão em inglês deste texto será publicada na edição de 2023 da *Socialist Register* e outra, em mandarim, será publicada no *Jornal de Estudos de Modernização* da Universidade de Pequim.

Quais são as principais forças em presença no processo político brasileiro nesse período? Como se caracterizam e como se comportam no período atual? Por que tal comportamento levou à situação de instabilidade e crise na qual o Brasil se encontra hoje?

que substituiu o governo Dilma, não logrou estabelecer uma situação que poderíamos denominar de estabilidade hegemônica. Era um governo sob forte pressão oriunda de investigações e processos promovidos pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Na sequência, o governo Bolsonaro (2019-2022), embora mais sólido e estável que o de Temer, representa uma aliança inusitada no Brasil entre o neoliberalismo e o neofascismo, aliança à qual o campo neoliberal teve de recorrer devido ao declínio de seus partidos políticos tradicionais. Foi o recurso ao neofascismo que permitiu à grande burguesia associada bloquear o retorno do Partido dos Trabalhadores e de sua política neodesenvolvimentista ao governo na eleição presidencial de 2018, mas tal recurso teve um custo, que foram a limitação do programa de reformas neoliberais, tanto no plano da política econômica quanto no plano da política social, e a continuidade do conflito entre as instituições do Estado — as ameaças do Executivo, sob o comando de Jair Bolsonaro, ao Supremo Tribunal Federal (STF) são constantes e desestabilizadoras.

Os indicadores de debilitamento das instituições e dos valores democráticos liberais no Brasil começaram a se apresentar já no golpe de Estado que foi o impeachment de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff. O início de tal debilitamento foi obra do denominado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido sem nenhum vínculo com a social-democracia e que representou, na verdade, a vanguarda do neoliberalismo no Brasil. Esse partido, após ser derrotado na eleição presidencial de outubro de 2014 pela candidata Dilma Rousseff, do PT, rompeu com o jogo democrático, entrando com sucessivas ações na Justiça Eleitoral para impedir que prevalecesse o resultado das urnas, recusando a legitimidade do voto popular. Bolsonaro não foi, portanto, o primeiro a lançar dúvida sobre a confiabilidade do processo eleitoral brasileiro. A recusa a aceitar o resultado das urnas e o desprestígio da representação política e partidária favoreceram o fortalecimento político e ideológico da burocracia de Estado, inclusive do seu ramo militar. Ora, uma característica fundamental do regime democrático burguês é a força ideológica e política da representação eleitoral e partidária. O Judiciário e as Forças Armadas, cada um à sua maneira, incrementaram sua participação e seu peso no processo político nacional. O impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016 e a prisão do ex-presidente Lula da Silva em abril de 2018, bem como a interdição da candidatura deste, que abriu caminho para a vitória de Jair Bolsonaro na eleição de outubro daquele ano, resultaram da intervenção dessas duas instituições no processo político e eleitoral.

### 3. PERÍODO DE ESTABILIDADE POLÍTICA A DESPEITO DA ALTERAÇÃO DE HEGEMONIA (1995-2014)

Quais são as principais forças em presença no processo político brasileiro nesse período? Como se caracterizam e como se comportam no período atual? Por que tal comportamento levou à situação de instabilidade e crise na qual o Brasil se encontra hoje? Para responder a essas questões, vamos fazer um rápido esclarecimento conceitual.

As formações sociais capitalistas, que são os capitalismo historicamente existentes, são composições complexas e, para o que nos interessa, o conflito de classes nas formações sociais é multipolar: a classe capitalista pode se encontrar politicamente dividida em frações, e as classes trabalhadoras são diversas. O que nos interessa neste momento é examinar a questão no que tange à classe capitalista.

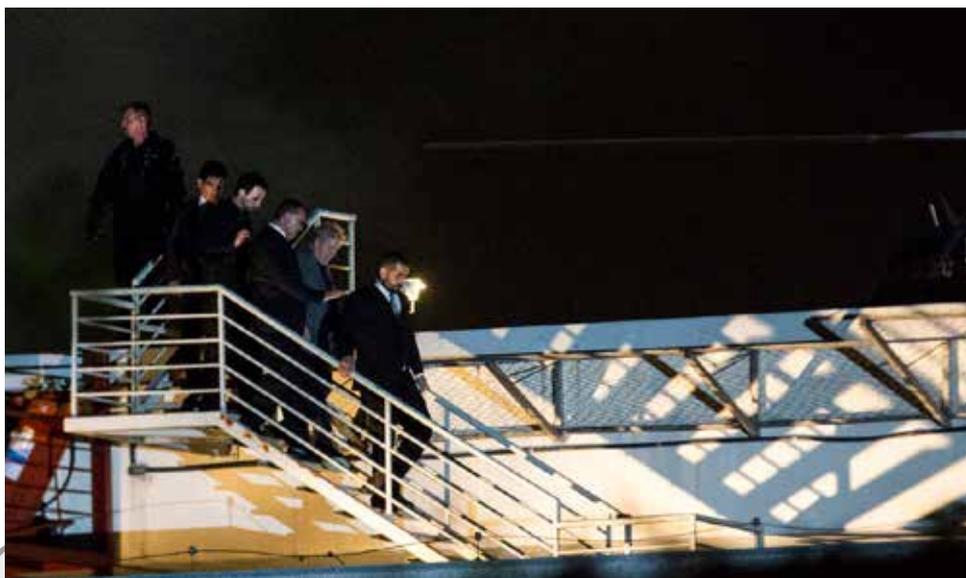
Essa classe não é um bloco homogêneo envolvido num conflito simples e bipolar — o conflito entre o “capital” e o “trabalho” —, e a sua heterogeneidade no plano econômico e político é multidimensional. Isto é, as empresas capitalistas podem se distinguir umas das outras por razões variadas, e, o que aumenta a complexidade do fenômeno, uma mesma empresa ou grupo econômico pode se situar em diferentes lugares conforme a dimensão que tomemos em consideração. As razões dessa heterogeneidade, suas dimensões, se referem: a) ao lugar ou aos lugares que essas empresas ocupam no processo conjunto de valorização do capital — empresas bancárias, industriais e comerciais; b) ao seu porte — o grande e o médio capital; c) à origem do capital, isto é, empresas estrangeiras e empresas locais; d) ao destino da produção, se para o mercado interno, se para a exportação; e ainda a outras características, sejam elas estruturais ou mais circunstanciais — por exemplo, a pandemia provocada pelo coronavírus afetou de modo muito desigual as empresas e teve impacto na posição que assumiram os diferentes segmentos burgueses perante o governo Bolsonaro (DEL PASSO; VALLE, 2020). A heterogeneidade econômica é permanente, embora suas características específicas variem muito ao longo da história do capitalismo e de acordo com a posição que cada país capitalista ocupa no sistema imperialista. Pois bem, essa heterogeneidade econômica pode propiciar o surgimento das frações da classe burguesa. Nas condições dadas por uma determinada conjuntura e diante da estratégia de desenvolvimento capitalista definida pelos agentes do Estado, a heterogeneidade econômica pode ser politicamente ativada, propiciando o surgimento de grupos de empresas aglutinados em torno de demandas específicas. Essas são as frações burguesas, um fenômeno simultaneamente econômico e político. Dito de outro modo e para exemplificar, não basta que exista um segmento bancário na economia de um determinado país capitalista para que possamos falar em fração bancária da burguesia. É preciso para tanto que esse segmento esteja organizado em torno de uma plataforma específica de demandas distinta da plataforma de outros segmentos da burguesia.

Acrescentemos três observações. Vê-se pela definição acima que o Estado desempenha um papel ativo na definição da política de desenvolvimento capitalista. Esse papel ativo não tem, contudo, o condão de fazer da política de Estado uma atividade que se encontra acima das classes sociais. Os agentes do Estado que concebem e aplicam a política de desenvolvimento capitalista são obrigados a levar em consideração as possibilidades dadas pela etapa do capitalismo e também pela relação política de forças entre as classes e frações de classe no país considerado. A segunda observação diz respeito ao fato de que tampouco a fração burguesa é um bloco homogêneo e sem fissuras. Uma fração da classe capitalista, embora apresente uma unidade geral que a caracteriza como fração, pode ver-se atravessada

por conflitos provenientes de um sistema de fracionamento distinto daquele que possibilitou a sua constituição como força social burguesa atuante. Exemplificando, uma fração bancária da burguesia, se existe como tal em um país determinado, é porque possui interesses gerais comuns, mas ela pode, apesar da unidade geral, ver-se atravessada pelos conflitos entre o médio e o grande capital bancário e/ou entre o capital bancário nacional e o estrangeiro. Esses subconjuntos podem inclusive se fazer representar no plano corporativo por diferentes associações de bancos — esse é de resto o caso do Brasil (MINELLA, 1994; 1997). O fenômeno da fração burguesa apresenta, portanto, mais essa complexidade, sem que isso represente a negação do conceito de fração. A fração resulta do fato de que há uma hierarquia nas contradições que subdividem a classe capitalista. Se o conjunto dos bancos privilegiar o seu conflito com o capital produtivo, poderá se formar uma fração bancária que reunirá os bancos estrangeiros, nacionais, grandes e médios, apesar das diferenças de interesse entre esses subconjuntos. Se, diferentemente, os bancos nacionais passarem a privilegiar o seu conflito com os bancos estrangeiros, a fração bancária poderá se dissolver enquanto tal, e nesse caso poderemos assistir à constituição de um novo subconjunto que poderá vir a integrar uma eventual burguesia interna ou, mais raramente, nacional. A terceira e última observação decorre do que já foi dito: as frações burguesas não são coletivos rígidos e perenes (FARIAS, 2017). São flexíveis e podem formar-se e dissolver-se ao longo do processo político. Numa conjuntura de crise, diferentes frações da burguesia, até então separadas por conflitos, podem se unir em decorrência do agravamento do conflito com as classes populares. Todas as considerações que fizemos dizem respeito à posição da fração diante das principais características da política de desenvolvimento definida pelo Estado. Não está eliminada a possibilidade de, diante de uma ou outra medida governamental específica no plano da política econômica ou social, empresas pertencentes a uma mesma fração burguesa reagirem de modo distinto.

Pois bem, na história política recente do Brasil, a principal divisão no interior da classe capitalista tem sido aquela que distingue a grande burguesia interna da grande burguesia associada<sup>2</sup>. Esta última é a fração burguesa enfeudada na dominação imperialista no modo como tal dominação se apresenta no atual período histórico, enquanto a primeira, sem ser uma burguesia nacional anti-imperialista, entretém uma relação de unidade — que é o aspecto dominante da relação —, mas também de conflito, secundário, com o capital estrangeiro. A presença política dessas frações burguesas é ignorada ou subestimada nas análises marxistas sobre a política brasileira contemporânea. Domina a concepção bipolar e, na nossa avaliação, simplificada, do conflito de classes. Já na bibliografia que toma as frações em consideração, domina a análise que privilegia o conflito entre o capital bancário e o capital produtivo, e não entre a burguesia interna e a burguesia associada. Na grande maioria dos casos, não se considera, ao contrário do que faremos aqui, o conflito no interior da burguesia como o conflito principal, isto é, o conflito em torno do qual girou o processo político brasileiro a partir da década de 1990. E esse conflito ocupou o posto de conflito principal porque as diferentes classes populares, apesar de influírem no processo político brasileiro, restringiram-se, fundamentalmente, à luta reivindicativa e segmentada, e terminaram por se integrar politicamente a um dos campos burgueses em disputa.

<sup>2</sup> O livro *A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro*, coletânea organizada por André Valle e Pedro Narciso, realiza um estudo aprofundado do posicionamento político de diversos segmentos da burguesia brasileira no período recente. O livro apresenta trabalhos de 12 pesquisadores do tema (VALLE; NARCISO, 2021).



Lula chega à sede da Polícia Federal para começar a cumprir pena. Curitiba (PR), abril de 2018

Até 2014, a grande burguesia associada e a grande burguesia interna alternaram-se, de modo estável e sem provocar rupturas políticas, na posição de fração hegemônica no interior do bloco no poder. A mudança de hegemonia sem ruptura política foi possível porque ambas as frações em conflito pertencem ao grande capital, o que faz com que as diferenças entre elas não provoquem impactos profundos na organização econômica e social do país. A década de 1990 se iniciou com uma crise política oriunda da primeira tentativa de implantação do capitalismo neoliberal no Brasil realizada pelo presidente Collor de Mello (1990-1992). Essa tentativa encontrou resistências variadas e resultou em crise política e deposição do presidente (MARTUSCELLI, 2015). A partir de 1995, quando se inicia o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), verifica-se a hegemonia política da grande burguesia associada no interior do bloco no poder, isto é, a política econômica, social e externa do Estado brasileiro passou a priorizar os interesses dessa fração da classe capitalista. O programa dessa grande burguesia associada, que era a implantação do modelo econômico capitalista neoliberal, foi aplicado com sucesso pelo governo Cardoso. A burguesia associada e o capital estrangeiro estão presentes no setor bancário, comercial, industrial e agropecuário, contando com empresas de portes distintos, embora o setor politicamente mais poderoso da burguesia associada seja o grande capital. Naquela década, então, a grande burguesia interna ocupou uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Entretanto, os seus interesses não deixaram de ser contemplados. Eles o foram, acima de tudo, pela política social do neoliberalismo — prevaleceu a unidade das frações burguesas diante da política de retirada de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos trabalhadores. Porém, a definição da política econômica neoliberal, da qual faziam parte a ampliação da abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e a busca de superávit primário para a rolagem da dívida pública, acabou contrariando interesses de diferentes segmentos da grande burguesia interna. O aprofundamento da abertura comercial durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi motivo de conflitos entre esses governos e o segmento

industrial da burguesia interna; a política de internacionalização do mercado brasileiro de bancos comerciais, mercado que era, até então, uma reserva exclusiva dos grandes e médios bancos nacionais, motivou manifestações públicas de crítica da politicamente discreta Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e a restrição de crédito decorrente da política fiscal ortodoxa originou conflitos entre esses governos e os produtores rurais (COLETTI, 2006).

Essa grande burguesia interna teve na política econômica neodesenvolvimentista dos governos do PT — encabeçados por Lula da Silva entre 2003 e 2010 e por Dilma Rousseff entre 2011 e 2016 — o seu programa político. Falamos em neodesenvolvimentismo porque se tratou de uma política econômica e social que visava a estimular o crescimento econômico e reduzir a pobreza por intermédio da intervenção do Estado. Essa estratégia de desenvolvimento capitalista alterou, ainda que moderadamente, a política econômica, social e externa do Estado brasileiro, mas manteve o modelo econômico capitalista neoliberal (SAAD FILHO; MORAIS, 2011). Praticaram o desenvolvimentismo possível sob o modelo capitalista neoliberal, e isso em consonância com as aspirações limitadas de uma burguesia interna, que não é uma burguesia nacional e anti-imperialista. A intervenção do Estado na economia reduziu a abertura comercial, a desnacionalização da economia brasileira e a pobreza, estimulando o mercado interno. Faziam parte dessa estratégia o fortalecimento dos bancos nacionais, a preferência pela produção local nas compras governamentais, a expansão do crédito subsidiado para a indústria e para a agricultura, a valorização do salário mínimo, a política de transferência de renda para as famílias de baixa renda e outras (BOITO JR., 2021, p. 56-66). Tais medidas obtiveram efeitos significativos, mas esbarraram sempre, e de diferentes formas, nos diversos tipos de limite impostos pelo modelo econômico que os governos do PT não pretendiam superar. No plano da política externa, os governos do PT distanciaram-se da política estadunidense (BERRINGER, 2015). A nova política externa do Estado brasileiro abriu ou ampliou mercados para as grandes empresas brasileiras da construção civil e do setor bancário na América do Sul, no Oriente Médio e na África. Iniciativas governamentais importantes nessa área foram a suspensão das negociações sobre a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), a participação ativa na criação e consolidação do grupo dos Brics e a política nacionalista para a exploração do petróleo do pré-sal.

Tal qual a burguesia associada, a burguesia interna está distribuída por diversos segmentos. É composta por grandes empresas nacionais atuantes no setor bancário, industrial, comercial e agropecuário e comporta empresas de distintos portes. O seu segmento mais poderoso, a grande burguesia interna, foi quem usufruiu da hegemonia política nos governos do PT. Ou seja, a divisão principal que atravessa a classe capitalista no período recente deixa num plano secundário, embora ativo, o conflito entre o grande e o médio capital, o capital bancário e industrial e outros. Nas seis eleições presidenciais ocorridas entre 1994 e 2014, a permanente polarização partidária entre os candidatos presidenciais do PSDB e do PT, polarização em torno da qual se organizava todo o sistema multipartidário brasileiro, representava, antes e acima de tudo, o conflito entre a grande burguesia associada e a grande burguesia interna, e não, fundamentalmente, o conflito entre as classes populares, que estariam representadas no PT, e a burguesia em seu conjunto, que estaria representada no PSDB.

Nada disso significa, conforme já indicamos, que as classes trabalhadoras tenham estado ausentes do processo político nacional. A luta das classes trabalhadoras, tanto nas cidades quanto nos campos, esteve presente, com altos e baixos, ao longo de todo esse período. Essa luta, contudo, manteve-se, fundamentalmente, uma luta reivindicativa e segmentada

(MARCELINO, 2017). No plano especificamente político, as classes trabalhadoras acabaram se integrando, como já indicamos, ao campo político dirigido por uma ou por outra das frações burguesas em presença. Não se formou nesse longo período uma alternativa política popular para a economia e a sociedade brasileira. Sobre esse ponto, é importante entender a dinâmica da passagem do período de hegemonia da grande burguesia associada para o período de hegemonia da grande burguesia interna. Nessa conjuntura de transição de hegemonia burguesa, ocorreram dois deslocamentos políticos de grande importância para a compreensão da política brasileira e um deles foi, justamente, um deslocamento no campo popular. No decorrer do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), a grande burguesia interna deslocou-se de uma posição de direita, quando apesar das ressalvas apoiava o programa neoliberal ortodoxo da década de 1990, para uma posição de centro, na qual passou a aceitar mudanças na política econômica e social; na mesma conjuntura, o Partido dos Trabalhadores abandonou o seu programa de reformas estruturais do capitalismo brasileiro, que visava à criação de um Estado de bem-estar social vinculado ao fortalecimento do capitalismo de Estado, e o substituiu pelo programa, mais superficial e limitado, que denominamos neodesenvolvimentista (BOITO JR., 1999; SECCO, 2016). Esses dois deslocamentos políticos acabaram convergindo e permitiram que ambas as forças se encontrassem, formando uma frente política heterogênea, policlassista e sob a direção da grande burguesia interna, que deu origem ao neodesenvolvimentismo do ciclo de governos do PT.

O neodesenvolvimentismo, além de sua política econômica focada na grande burguesia interna, contemplou, por intermédio de sua política social, e ainda que secundariamente, interesses das classes populares. O operariado, amplas frações da classe média, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal obtiveram, cada um deles, políticas específicas ou gerais que os beneficiavam (BOITO JR., 2021, p. 56-66): política de crescimento econômico que fez crescer muito o emprego, aumento real do salário mínimo, política de quotas sociais e raciais nas universidades e no serviço público, grande aumento dos concursos e do emprego no setor público, financiamento para a pequena produção camponesa, mercados institucionais reservados para essa produção, programas de transferência de renda e de expansão de serviços públicos básicos e programa de construção de cisternas nas regiões semiáridas. Os governos do PT lançaram também programas de reconhecimento da cidadania dos segmentos vítimas de preconceito e opressão — indígenas, negros, mulheres, população LGBT. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna passou, então, a contar com apoio popular. As contradições no interior dessa frente política eram mui-

A crise do segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016) foi provocada pela ofensiva política da grande burguesia associada, que se mobilizou para restaurar a hegemonia que usufruía na década de 1990

tas, e conflitos de tipo variado e de importância maior ou menor se sucediam. Porém, nos momentos em que a continuidade dos governos petistas esteve em jogo, como nas eleições presidenciais citadas anteriormente, as diferentes classes e frações de classe que a integravam convergiam na defesa das candidaturas presidenciais do PT. O conflito econômico de classe e o conflito econômico entre os diferentes segmentos da grande burguesia interna não quebraram a unidade política da frente neodesenvolvimentista.

#### 4. CRISES E INSTABILIDADE: DEPOSIÇÃO DO GOVERNO NEODESENVOLVIMENTISTA (2015-2016)

Tivemos, portanto, 20 anos de estabilidade política (1995-2014), isto é, um longo período no qual uma das frações burguesas em conflito foi capaz de estabelecer sua hegemonia e mantê-la de forma segura sem colocar em crise o regime democrático vigente. Já o período iniciado com a crise do governo Dilma Rousseff e a sua deposição é diferente. Essa nova situação explica-se pelo aguçamento das contradições do período anterior — muitos elementos da crise já estão presentes no período de estabilidade —, bem como por contradições novas que surgiram no e do processo político brasileiro. No exame dessa questão, é fundamental saber, de um lado, quem se mobilizou contra os governos do PT e por quê, e, de outro, porque o último governo desse partido não foi capaz de barrar o avanço das forças golpistas. Enfim, é preciso investigar quais eram os trunfos da oposição e as debilidades do governo e de sua base de apoio.

O essencial é o seguinte: a crise do segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016) foi provocada pela ofensiva política da grande burguesia associada, que se mobilizou para restaurar a hegemonia que usufruía na década de 1990 (BOITO JR., 2021, p. 161-175). Essa fração burguesa contou com o apoio ativo e, a partir de certa etapa do processo, rebelde e radicalizado da fração superior da classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019), além de ter logrado jogar, contra a grande burguesia interna, o médio capital nacional cujos interesses foram negligenciados pelos governos do PT (PERRIN, 2020; RAIMUNDO, 2021; BRAGA, 2021). A grande burguesia associada visava, como dissemos, a retomar a sua hegemonia no interior do bloco no poder e logrou se manter como força dirigente do golpe que depôs o governo Dilma Rousseff.

A fração superior da classe média, politicamente conservadora, opunha-se à política social que vinha promovendo a melhoria de vida das camadas populares. Via nessa política um aumento das despesas do Estado às custas dos impostos pagos pela classe média e uma ameaça ao *status* privilegiado que a alta classe média ocupa na sociedade brasileira. Essa classe dispõe de uma verdadeira legião de empregados domésticos e de prestadores de serviços: faxineiras, cozinheiras, babás, motoristas, porteiros de condomínios, eletricitas, encanadores e outros. Durante os governos do PT, inúmeras medidas governamentais concorreram para a valorização dos salários e dos serviços prestados por aqueles trabalhadores. Particularmente revoltante para essa fração da classe média foi a extensão, no segundo governo Dilma, dos direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, intervindo na relação de dominação e controle pessoal do empregador sobre elas. Nas redes sociais, foram incontáveis as manifestações de indignação de integrantes da alta classe média ao constatar que trabalhadores manuais estavam frequentando espaços anteriormente reservados às pessoas de alto poder aquisitivo — aeroportos, hotéis, clínicas privadas, restaurantes etc. Integrantes e associações da alta classe média entraram na Justiça contra a política de quotas raciais e



Casal de classe média alta leva os filhos com a babá para manifestação pelo impeachment de Dilma. Rio de Janeiro, março de 2016

sociais. As cinco grandes manifestações de massa que ocorreram em todo o Brasil contra o governo Dilma e pelo seu impeachment foram manifestações, como evidenciam todos os levantamentos empíricos, da alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019).

Os proprietários e executivos de médias empresas demonstraram revolta contra a política de privilegiar as grandes empresas nacionais nos financiamentos do BNDES e mobilizaram-se ativamente pelo impeachment de Dilma Rousseff (PERRIN, 2020; BRAGA, 2022). Serviram de massa de manobra para o setor associado do grande capital que lutava contra o setor interno desse mesmo segmento, tendo suas pretensões ignoradas por ambas as partes em disputa. O PT estabeleceu um sistema de aliança muito diferente daquele pleiteado pelos comunistas europeus e latino-americanos, que privilegiava a aproximação entre os trabalhadores e o médio capital. A importância do médio capital na vitória do golpe de Estado do impeachment aparece também, como veremos a seguir, quando estivermos analisando as vulnerabilidades dos governos do PT no que respeita ao sistema partidário brasileiro.

As características do lulismo e do sistema partidário brasileiro facilitaram o sucesso do golpe. Para compreender isso, é necessário levar em conta uma tese que grande parte da esquerda brasileira insiste em recusar: o lulismo é um novo tipo de populismo. Não se trata de populismo como entendem os weberianos ou o pensamento liberal e conservador brasileiros, isto é, uma liderança carismática e demagógica que enganaria as massas desinformadas. Trata-se do populismo pensado como política com base popular, porém desprovida de organização partidária de massa e dirigida, do alto, por uma liderança personalizada e superficialmente reformista. As massas apoiam a política populista não por serem desinformadas, mas porque esta atende, ainda que superficialmente, a seus interesses e também porque essas massas se encontram prisioneiras da ideologia que deposita no Estado burguês a expectativa de que essa instituição possa e deva, por livre e própria iniciativa, melhorar as condições de trabalho e de vida da população trabalhadora. É isso que o lulismo é (BOITO JR., 2021, p. 67-88). Trata-se, em certa medida, de uma reedição, em condições históricas

novas e com bases sociais distintas, da política populista do período 1930-1964. E aqui temos uma ironia da história. O populismo do período anterior teve como principal liderança Getúlio Vargas, um político pertencente à classe dos grandes proprietários de terra, mas que se apoiava, principalmente, no movimento sindical urbano; o lulismo, cuja principal liderança é um político oriundo do sindicalismo da classe operária industrial, apoia-se, principalmente, nos trabalhadores da massa marginal — subempregados, empregados e empregadas domésticas, vendedores ambulantes, trabalhadores sem profissão e emprego fixo que vivem da prestação de serviços ocasionais, camponeses de regiões agrícolas decadentes e outros (NUN, 2001; KOWARICK, 1975).

Pois bem, o fato é que o voto em Lula e nos demais candidatos lulistas à Presidência da República — Dilma, Haddad — não é um voto partidário, mas sim um voto fortemente personalizado. A motivação de fundo é sim política e não pessoal, mas essa motivação de fundo não está presente no nível da consciência do eleitor, e isso faz toda a diferença. Grande parte dos eleitores de Lula vota em Lula, não no PT. A prova disso é que na Câmara dos Deputados o PT nunca conseguiu obter mais que 17% das cadeiras, e no Senado da República a *performance* petista é ainda mais modesta. Essa fraca *performance* do PT ocorre também nos legislativos e executivos estaduais e municipais. A esquerda brasileira não dá a devida importância para esse fenômeno que, a bem da verdade, deveria ser visto como algo intrigante: os candidatos do PT venceram quatro eleições presidenciais seguidas, mas sempre estiveram muito longe de obter maioria na Câmara e no Senado. De resto, essa não é a regra na América Latina. O partido boliviano Movimento ao Socialismo (MAS), nas eleições em que elegeu Evo Morales para a Presidência, sempre obteve maioria no Legislativo e tornou a lograr esse feito na eleição do atual presidente, Luis Arce. O MAS tem *performance* semelhante nas instâncias subordinadas do aparelho de Estado: chegou a obter dois terços das prefeituras na Bolívia. O peronismo, na Argentina, que a nosso juízo não é populista porque se trata de um movimento fortemente organizado, e a frente de esquerda no Uruguai apresentam situação semelhante, ainda que com *performance* mais modesta se comparada com a *performance* do MAS (BOITO JR.; MARTUSCELLI, 2022). Pois bem, o resultado disso é que os governos do PT sempre tiveram de lidar com um Congresso Nacional distante ou mesmo hostil à sua política econômica, social, externa e de ampliação da cidadania de mulheres, negros, indígenas e população LGBT. Lula e Dilma compuseram suas bases partidárias no Congresso Nacional buscando apoio em partidos conservadores e oportunistas, dispostos a abandonar o governo na primeira situação de crise. Os governos do PT, em consequência do populismo que lhes impede de partidizar o voto, e destoando dos governos do MAS boliviano, são, portanto, governos vulneráveis ao novo tipo de golpe que verificamos na história recente da América Latina — o golpe pela via do impeachment, que, devido à sua aparência de legalidade, impõe baixo custo político à direita golpista. Essa é uma facilidade de que não dispõe a direita na Bolívia, Argentina ou Uruguai. A base partidária conservadora e oportunista de Dilma Rousseff no Congresso Nacional abandonou-a na crise política iniciada em 2015 e votou contra ela no impeachment de 2016.

O principal partido da base de apoio do governo Dilma no Congresso Nacional, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teve papel central no golpe de Estado que depôs a ex-presidenta. E aqui vamos tratar de mais um aspecto do processo político que facilitou a vitória dos golpistas e que envolve a média burguesia interna. O MDB nasceu durante a ditadura militar com um programa político e um tipo de agitação e propaganda que privilegiavam os interesses do médio capital na luta contra a ditadura que havia unido a grande

Formaram-se dois campos políticos, reunindo de cada lado uma das frações burguesas e algumas classes ou frações de classes populares. A heterogeneidade não é atributo apenas da classe capitalista. Ela está presente também no campo das classes dominadas

burguesia interna e a grande burguesia associada numa mesma proposta de política desenvolvimentista, numa época em que, diferentemente do período atual, o imperialismo aderiu à industrialização dos maiores países da América Latina, estimulando-a com investimentos (CARDOSO; FALETTI, 1970; EVANS, 1979). O discurso daquele partido era moderadamente democrático, nacionalista e pela distribuição de renda, argumentando a necessidade de ampliar o mercado interno. O MDB tinha, então, um programa ambicioso. Contudo, com o fim da ditadura militar, o MDB mudou. Foi se tornando um partido clientelista, ou de patronagem. Tem apoiado todos os governos, sejam eles neoliberais ou neodesenvolvimentistas, e, em troca, espera receber cargos públicos e aprovar medidas pontuais, por intermédio das emendas orçamentárias, para as suas bases sociais (SANTOS, 2022). Sobre isso, é importante destacar dois pontos. A grande imprensa considera tais emendas irracionalidades que perturbariam a natureza supostamente técnica da política favorável ao grande capital e ao capital financeiro. Até setores democráticos acabam incorporando esse discurso. Trata-se na verdade de um discurso que não admite que os recursos do Estado sejam desviados para fora do restrito grupo das grandes empresas, visto que as emendas parlamentares contemplam, em grande medida, as pequenas e médias empresas do interior do país. Em segundo lugar, a transformação do MDB indica que o médio capital abriu mão de disputar a hegemonia política no bloco no poder e se satisfaz no papel de partido de patronagem que atende pontualmente aos seus interesses dentro dos limites dados pelos interesses do grande capital, seja ele interno ou associado.

Pois bem, o cargo de vice-presidente da República encontrava-se nas mãos de Michel Temer, do MDB. O partido detinha também a Presidência da Câmara dos Deputados, na figura do deputado Eduardo Cunha. Tais cargos permitiram que o partido, que sempre estivera a reboque ora do PSDB, ora do PT, ganhasse um inusitado protagonismo na crise. De partido de patronagem, tornou-se o partido orgânico do grande capital, principalmente associado (SANTOS, 2022). Esse fato favoreceu a ação golpista. Não eram os partidos neoliberais por excelência, o PSDB, o Democratas ou outro, que assumiriam a Presidência da República. Em decorrência dessa circunstância, segmentos da grande burguesia interna, que já vinham em rota de conflito com aspectos da política neodesenvolvimentista, sentiram-se mais à vontade seja para ficar neutros diante do movimento golpista, seja para abandonar

o governo e aderir ao movimento. Mas examinemos mais de perto a reação das classes e frações de classe que, como a grande burguesia interna, compunham a frente política neodesenvolvimentista que deu a base aos governos do PT.

A frente política neodesenvolvimentista esgarçou-se diante da ofensiva golpista. A grande burguesia interna, cuja hegemonia os governos do PT organizavam, evidenciou, mais uma vez, sua posição política pendular diante do capital estrangeiro. Segmentos dessa fração burguesa, fração essa que já tinha apoiado o neoliberalismo ortodoxo na década de 1990 e se afastado dele apenas após longo processo de desgaste e insatisfações, posicionaram-se de maneira muito distinta na crise política. Uma primeira posição foi aquela da Fiesp, que passou, no mês de dezembro de 2015, a participar ativamente da campanha golpista. Dissemos que os agentes de Estado têm papel ativo na definição da estratégia de desenvolvimento capitalista. Isso significa que podem sim surgir conflitos entre o governo e a própria fração burguesa cuja hegemonia tal governo representa. O governo Dilma estava se afastando ainda mais dos Estados Unidos, o que chegou a preocupar até mesmo segmentos da grande burguesia interna. Tal afastamento aparece nas seguintes iniciativas e decisões: a criação do Banco dos Brics, na reunião de 2013 na cidade de Fortaleza; a insistência no fortalecimento do Mercosul, quando a burguesia interna demonstrava preferir a sua flexibilização (BERRINGER, 2015); a firmeza na manutenção do controle da Petrobras sobre o petróleo do pré-sal; e outras medidas. Tudo se passava como se o governo Dilma se imaginasse tratando com uma burguesia nacional e não com uma mera burguesia interna — José Dirceu, um dos principais estrategistas do PT, chegou a dizer que a política do PCB para o período pré-64, de aliança com a burguesia nacional para fazer a revolução democrática no Brasil, teria se tornado factível no século XXI. Outros segmentos da burguesia interna permaneceram neutros diante do golpe e, finalmente, houve grandes empresas que se mantiveram fiéis ao governo Dilma — esse foi o caso dos grandes bancos privados nacionais (VALLE; NARCISO, 2021) e, em menor medida, da construção naval. Ressalte-se, por último, que parte importante da grande burguesia interna foi posta fora de combate, já no primeiro episódio da crise, devido à perseguição judicial praticada pela denominada Operação Lava Jato, que instrumentalizou a bandeira do combate à corrupção para combater, na verdade, as grandes empresas nacionais. As empresas brasileiras de construção pesada, que praticamente monopolizavam o mercado de obras públicas e da cadeia do petróleo e gás, foram criminalizadas e afastadas do mercado. Esse segmento, muito beneficiado no governo Dilma Rousseff, ficou de mãos atadas e sem condições políticas de se pôr na defesa do governo. A Lava Jato representa o caso no qual uma instituição do Estado capitalista — aqui, o Judiciário — é convertida em instrumento político de uma das frações burguesas que disputa a hegemonia no bloco no poder. Ela foi o instrumento político do capital imperialista, da grande burguesia associada e da alta classe média na luta contra a frente política neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2018).

Como já indicamos, formaram-se dois campos políticos, reunindo de cada lado uma das frações burguesas e algumas classes ou frações de classes populares. A heterogeneidade não é atributo apenas da classe capitalista. Ela está presente também no campo das classes dominadas. Ao contrário do que sugere a expressão corrente *classe trabalhadora*, há mais de uma classe trabalhadora: operariado, campesinato, pequena burguesia, classe média e, segmento muito importante no capitalismo dependente, os trabalhadores da massa marginal (NUN, 2001; KOWARICK, 1975). Cada uma dessas classes trabalhadoras tem interesses econômicos específicos e apresenta tendências políticas e disposições ideológicas distintas. A complexidade



Contestação dos resultados eleitorais, mentiras sobre fraudes em urnas eletrônicas e mobilização de uma direita radicalizada nas ruas: democracia brasileira enfrentou ameaças e graves desafios nos últimos anos

da situação aumenta quando recordamos que essas classes, por sua vez, podem se subdividir em frações ou camadas. Casos notórios são o da classe média, cujas frações superior, intermediária e inferior tendem a intervir de modo distinto no processo político, e o caso do campesinato, cujas diferentes camadas — os campeonatos rico, remediado e pobre — também têm reivindicações específicas e também podem se dividir no processo político.

Indiquemos algumas posições presentes no campo das classes dominadas. Na história política recente do Brasil a alta classe média apoiou o programa neoliberal, enquanto grande parte da baixa classe média, principalmente aquela alocada no setor público, pendeu para o programa neodesenvolvimentista. Isso aparece nas pesquisas de intenção de voto e também na luta de rua. Nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, predominou amplamente a alta classe média, enquanto nas manifestações em defesa do mandato da ex-presidenta predominou a baixa classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019). Quanto ao campesinato, grande parte dele foi atraída para o campo neodesenvolvimentista. O campesinato remediado e rico foi contemplado com a política de financiamento da chamada agricultura familiar e com a criação de mercados institucionais para os seus produtos, mas o campesinato pobre, sem terra ou com pouca terra, não foi atendido na sua reivindicação específica, que é, fundamentalmente, a desapropriação e distribuição de terra. Quanto aos trabalhadores da massa marginal, esses formaram a base social típica do lulismo. Foram contemplados pelo neodesenvolvimentismo com as políticas de transferência de renda, de expansão dos serviços públicos — energia elétrica, ensino profissional —, com a política de construção de casas populares e de cisternas nas regiões semiáridas e outras, enquanto os assalariados do mercado formal, embora tenham sido contemplados com a valorização do salário mínimo, não tiveram atendidas as principais reivindicações que apresentaram aos governos do PT (BOITO JR., 2021, p. 56-66).

As diferentes relações dos governos do PT com as diferentes classes e frações das classes populares geraram um resultado desfavorável para o governo Dilma Rousseff na cri-

se que resultou na sua deposição. Os trabalhadores mais organizados não foram os mais contemplados pela política neodesenvolvimentista. O segmento popular mais atendido pelas políticas sociais, os trabalhadores da massa marginal, são politicamente desorganizados, entretêm uma relação de tipo populista com Lula da Silva e, exatamente por isso, embora sejam eleitores fiéis do lulismo, não saíram em defesa do governo quando este foi atacado. Já os sindicatos operários, que teriam condições de mobilizar apoio ao governo Dilma, mantiveram-se praticamente neutros na crise. As cúpulas das centrais sindicais progressistas compareceram aos atos em defesa do mandato de Dilma Rousseff, mas os grandes sindicatos operários, que são os organismos mais próximos da base e que poderiam tornar mais numerosas as manifestações em defesa do governo petista, mantiveram-se ausentes. O resultado surpreendente foi que a parte minoritária e mais rica da sociedade brasileira logrou ampla superioridade numérica nas manifestações de rua e isso foi decisivo para a deposição de Dilma Rousseff (BOITO JR., 2021, p. 176-185).

A base social da burguesia associada e do capital estrangeiro, apegada ao neoliberalismo, foi, de longe, o segmento social mais engajado e mais mobilizado. A alta classe média não foi a força dirigente do golpe de Estado, não foi ela quem definiu o programa econômico e social da frente golpista. Esse programa, neoliberal e focado na retirada de direitos dos trabalhadores, foi estabelecido por um partido burguês: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Michel Temer, que foi quem assumiu a Presidência no lugar de Dilma Rousseff. Mas a classe média foi, com as suas maciças demonstrações de rua, a principal força motriz daquele processo.

## 5. CRISE E INSTABILIDADE: O NEOFASCISMO SOCORRE O NEOLIBERALISMO (2017-2022)

A ascensão do neofascismo dá-se no período de instabilidade política. Primeiro, tivemos a crise da hegemonia da grande burguesia interna em 2015-2016, que redundou na deposição da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Em seguida, embora Temer tenha iniciado uma política que priorizava os interesses do capital internacional e da burguesia associada, esse governo não foi um governo estável. Ele se viu cercado pela ação do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal (PF) e do Judiciário em decorrência de atos de corrupção. Esteve a pique de renunciar. Em 2018, último ano do mandato de Michel Temer e ano de eleição presidencial, estava claro que nenhum candidato de partido político tradicionalmente neoliberal, a começar pelo PSDB, teria condições de vencer a eleição. Foi nessa situação que irrompeu o movimento neofascista de apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. Essa candidatura, finalmente vitoriosa, foi, portanto, um sintoma da instabilidade do processo político nesse período. No momento em que escrevemos, em junho de 2022, que é ano de eleição presidencial, está cada vez mais clara a alternativa: vitória eleitoral de Lula da Silva do PT e sua posse na Presidência da República ou golpe de Estado de Jair Bolsonaro para se manter no poder. Em suma, este período é muito distinto daquele que foi polarizado entre, de um lado, o PT, um partido democrático, reformista e de base popular, e, de outro, o PSDB, um partido liberal na política e neoliberal na economia, período esse de estabilidade da democracia no Brasil.

Sabemos que a caracterização do governo Bolsonaro como neofascista é uma caracterização controversa. Como não podemos nos estender muito nesse tema, diremos apenas algumas palavras para orientar o leitor. Existem três caracterizações mais correntes do go-



Pessoas fazem fila em frente ao Centro de Referência da Assistência Social (Cras) de Recife para atualizar cadastro no Bolsa Família

verno Bolsonaro e do movimento bolsonarista: (a) populismo de direita, (b) tradicionalista e (c) neofascista.

A primeira caracterização é amplamente majoritária na bibliografia. O populismo seria uma política personalista na qual o líder apela para o povo e critica as elites (URBINATI, 2019). É uma caracterização demasiado genérica, pois as sociedades capitalistas estimulam a personalização da política em todo o espectro ideológico, tornando esse fenômeno geral e predominante. A personalização apenas se enfraquece relativamente nos períodos em que o movimento operário logra organizar partidos de massa (CERRONI, 1977; DUVERGER, 1951). Como o personalismo é um fenômeno muito geral, aqueles que falam em populismo sentem-se imediatamente na obrigação de qualificá-lo: de esquerda, de direita etc. Tal qualificação não é desprovida de sentido e tem alguma utilidade como classificação inicial e indicativa. Porém, essas denominações que consideram um espectro político linear que iria da extrema-esquerda à extrema-direita, passando por inúmeras posições intermediárias, são, como sabemos, muito imprecisas e insatisfatórias. Tomemos o caso do Brasil atual. Bolsonaro seria tão populista quanto Moro — personalismo, apelo ao povo, crítica às elites. Lula tampouco ficaria fora dessa caracterização. Como, então, diferenciá-los? Poderíamos, para superar a classificação vaga que considera a suposta posição do político num espectro linear, usar qualificativos mais precisos. Lula seria um populista popular? Moro poderia ser considerado um populista liberal? E Bolsonaro? Seria o quê? Um populista autoritário? Um populista fascista? Afinal, Mussolini também era populista no sentido geral do termo. Ou seja, voltamos para o problema que a classificação de Bolsonaro como político populista evita enfrentar.

A caracterização que identifica Bolsonaro e Trump com o Tradicionalismo está presente no livro *Guerra pela eternidade* (TEITELBAUM, 2021) e teve alguma repercussão no Brasil e nos Estados Unidos. Considero que essa análise subestima as diferenças entre os ideólogos tradicionalistas da primeira metade do século XX e os ideólogos dos políticos direitistas atuais. Olavo de Carvalho e Steve Bannon não são, de fato, tradicionalistas. Teitelbaum reconhece que há diferenças e, por isso, os denomina neotradicionalistas. Acontece que tais diferenças sugerem muito mais uma ruptura com o Tradicionalismo que uma modificação

Pensando agora o fascismo como gênero, o que melhor o caracteriza é a fórmula que se pode extrair da análise de Palmiro Togliatti: o fascismo é um regime reacionário de massa. O reacionarismo aparece no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa e autoritária à democracia, na defesa da pureza e homogeneidade da nação e na defesa dos valores tradicionais ligados à família patriarcal. O governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista apresentam essas características e podem, por isso, ser considerados uma espécie do gênero fascismo

dessa ideologia. As ideias-chave do Tradicionalismo são a recusa da modernidade, de suas ideias e valores e inclusive da ideia de nação; a defesa da divisão da sociedade em castas; a apologia da dominação da casta religiosa; a consideração dos trabalhadores como casta dos escravos movidos por sentimentos inferiores; a concepção da história como repetição de ciclos que vão da fase áurea à fase decadente, passando por fases intermediárias, e reiniciando e repetindo, após a decadência, o mesmo percurso circular (TEITELBAUM, 2021; SEDGWICK, 2004). Ora, essas são algumas das ideias centrais do Tradicionalismo que os ideólogos atuais abandonaram ou das quais se afastaram. Esses ideólogos defendem a nação como conceito-chave para se chegar ao que seria a recuperação da civilização; abandonaram a defesa da organização da sociedade em castas; entendem que os depositários dos valores eternos a serem recuperados seriam os trabalhadores, ou seja, a abjeta casta dos escravos que, na visão dos ideólogos tradicionalistas, seriam o ponto extremo da decadência.

Na caracterização que faço do governo Bolsonaro e do bolsonarismo como neofascistas, entendo que estamos diante de uma variante da política e da ideologia fascista. O fascismo seria um gênero que conteria mais de uma espécie (BOITO JR., 2021, p. 186-203). O movimento fascista é um movimento ativo e mobilizado das camadas intermediárias das sociedades capitalistas, sendo que a predominância da pequena burguesia no fascismo original foi substituída pela predominância da classe média no neofascismo. O fascismo original, embora de origem pequeno-burguesa, serviu como recurso, mas nunca como instrumento passivo, para organizar a hegemonia das grandes burguesias nacionais monopolistas e imperialistas dos países centrais (GUÉRIN, 1965; POULANTZAS, 1970), enquanto o neofascismo serve para organizar a hegemonia do capital estrangeiro e da fração associada das bur-



Construção do terminal oceânico Barra do Dande, em Luanda, capital de Angola. A obra está sendo executada pela OEC, empresa que atua no ramo de engenharia e construção do grupo Odebrecht. Novembro de 2021

guesias dependentes. Em todos esses casos, isto é, pensando agora o fascismo como gênero, o que melhor o caracteriza é a fórmula que se pode extrair da análise de Palmiro Togliatti: o fascismo é um regime reacionário de massa (TOGLIATTI, 2019). O reacionarismo aparece no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa e autoritária à democracia, na defesa da pureza e homogeneidade da nação e na defesa dos valores tradicionais ligados à família patriarcal. O governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista apresentam essas características e podem, por isso, ser considerados uma espécie do gênero fascismo, do qual faz parte, como indicamos, também a outra espécie que denominamos fascismo original.

Ainda carecemos de uma caracterização do processo de fascitização do Brasil. Sem pretender preencher essa lacuna, iremos apenas indicar alguns passos desse processo e alguns dos seus atores mais importantes. O neofascismo começou a se organizar no Brasil nas grandes manifestações reacionárias protagonizadas pela alta classe média em 2015 e 2016 e que pleiteavam a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT). Embora marchassem junto com o bolsonarismo contra o governo do PT, nem todos os movimentos que organizaram essas manifestações eram neofascistas. Jair Bolsonaro, então deputado, participou com destaque dessas manifestações. Ele estava vinculado aos grupos que pleiteavam, desde então, a implantação de uma ditadura no Brasil. A partir de 2017, Bolsonaro passou a viajar pelo país, fazendo discursos e encontros políticos, e estreitou relações, que mantém até hoje, com os caminhoneiros autônomos, uma base tipicamente pequeno-burguesa do seu movimento, e também com os proprietários de terra capitalistas, principalmente das regiões Centro-Oeste e Sul do país, regiões nas quais é muito desenvolvida a agricultura capitalista de exportação. A alta classe média sentia-se ameaçada pela pequena ascensão social que a política social dos governos do PT permitiu aos trabalhadores manuais e à baixa classe média. Os grandes proprietários de terra se sentiam ameaçados pelo movimento camponês, indígena e de afrodescendentes da zona rural (quilombolas), que lutavam e lutam por terra e pela reforma agrária. Aos proprietários de terra, Bolsonaro prometeu liberar a compra e a posse de armas, além de mudar a legislação do país de modo a permitir ao proprietário de terra usar arma de fogo contra camponeses, indígenas e quilombolas que tivessem ocupado terra que ele considerasse sua. No decorrer do primeiro semestre de 2018, um novo personagem entrou

em cena: o grande capital. A dinâmica foi a seguinte: em outubro de 2018 ocorreria a eleição presidencial e, uma vez constatada a inexistência de um candidato dos tradicionais partidos burgueses neoliberais que fosse eleitoralmente viável, o grande empresariado começou a se deslocar para o apoio à candidatura neofascista.

O grande empresariado ganhou muito com a vitória eleitoral e o governo Bolsonaro — Temer já lhe havia dado uma reforma neoliberal radical da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o código do trabalho brasileiro, e um programa de privatização; Bolsonaro lhe deu uma nova reforma neoliberal da Previdência Social e está trabalhando para privatizar as empresas estatais gigantes que ainda restam no Brasil — como a Petrobras, a Eletrobras e os Correios. Mas o período de instabilidade não passou. Na corrida eleitoral deste ano de 2022, Lula da Silva aparece num folgado primeiro lugar em todas as pesquisas eleitorais, e Jair Bolsonaro ameaça de modo aberto e frequente desferir um golpe de Estado caso perca a eleição. Alega, contra todas as evidências e à maneira de Trump nos Estados Unidos, que o sistema eleitoral brasileiro não é confiável. Ou seja, a necessidade de o neoliberalismo recorrer ao fascismo, desestabilizando a democracia no Brasil, permanece.

\* Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Detentor do *diplôme d'études approfondies* na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Doutor em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutor na Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP, Paris). *Academic visitor* na University of London. Professor visitante sênior na Fondazione Istituto Gramsci (Roma). *Visiting scholar* na University of California-Berkeley. Professor titular de Ciência Política da Unicamp, onde trabalha em regime de dedicação exclusiva. Desenvolve pesquisa sobre as relações de classe no capitalismo neoliberal. É editor da revista *Crítica Marxista* e dirige a "Coleção Marx 21", publicada pela Editora da Unicamp. Coordena o projeto coletivo de pesquisa "A crise política, a nova direita, Estado e conflitos de classe no Brasil", financiado pelo CNPq. Coordenou o projeto temático "Política e classes sociais no capitalismo neoliberal", financiado pela Fapesp, e o projeto "Mundialização neoliberal, política e conflitos sociais no Brasil e na França", financiado pelo convênio Capes-Cofecub. Pesquisou o sindicalismo e a política brasileira e, mais recentemente, tem pesquisado também na área de teoria política e marxismo. É autor dos seguintes livros: *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo* (Editora Brasiliense); *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (editoras Hucitec e Unicamp); *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã); *O sindicalismo na política brasileira* (Editora IFCH-Unicamp); *Estado, política e classes sociais* (Editora da Unesp) e *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT* (editoras Unicamp e Unesp), com tradução italiana publicada pela Editora Punto Rosso e tradução inglesa publicada pela editora Brill. Organizou diversas coletâneas sobre a teoria marxista e o movimento operário.

► Texto recebido em 22 de setembro de 2022; aprovado em 4 de novembro de 2022.

- BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.
- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Reform and political crisis in Brazil: class conflict in Workers' Party governments and the rise of Bolsonaro neo-fascism**. Leiden; Boston: Brill, 2021.
- \_\_\_\_\_. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo; Campinas: Editora Unesp; Unicamp, 2018.
- \_\_\_\_\_.; MARTUSCELLI, Danilo. **A questão do voto partidário na esquerda latino-americana**. São Paulo, 2022. Não publicado.
- BRAGA, Felipe Queiroz. A burguesia industrial na crise do governo Dilma. In: VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. São Paulo: Enunciado Publicações, 2021.
- \_\_\_\_\_. **A Fiesp na crise do impeachment de Dilma Rousseff**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFARTIGUE, Paul et al. **O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 97-126.
- CERRONI, Umberto. **Teoría marxista del partido político**. México, DF: Cuadernos Pasado y Presente, 1977.
- COLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Lutas e Resistências**, n. 1, p. 131-145, 2006.
- DEL PASSO, Octávio; VALLE, André. As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares. **Brasil de Fato**, 16 abr. 2020. Disponível em: <[www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares](http://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares)>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- DUVERGER, Maurice. **Les partis politiques**. Paris: Librairie Armand Colin, 1951.
- EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FARIAS, Francisco. **Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)**. Curitiba: CRV, 2017.
- FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. **Capitalism: a conversation in critical theory**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- GUÉRIN, Daniel. **Fascisme et grand capital**. Paris: François Maspero, 1965.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 201-227, 2017. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/ts/article/view/125952](http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125952)>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015.
- MINELLA, Ary César. Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (Org.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 112-141.
- MINELLA, Ary César. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra, os senhores banqueiros. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 2, p. 505-546, 1994.
- MORAIS, Lecio; SAAD FILHO, Alfredo. Neo-developmentalism and the challenges of economic policy-making under Dilma Rousseff. **Critical Sociology**, v. 28, n. 6, p. 789-798, 2012. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920512441635>>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- NUN, José. **Marginalidad y exclusión social**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PAXTON, Robert. **The anatomy of fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.
- PERRIN, Fernanda. **O ovo do pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16092020-205057/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16092020-205057/pt-br.php)>. Acesso em: 23 jun. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Fascisme et dictature**. Paris: François Maspero, 1970.

\_\_\_\_\_. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: François Maspero, 1968.

PRANDI, Reginaldo. Os 12% do presidente: em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto?. **Jornal da USP**, 13 set. 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/os-12-do-presidente-em-que-lugar-da-sociedade-habita-o-bolsonarista-convicto>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

RAIMUNDO, Luciana. **Bancos e o Estado no Brasil**: estudo sobre a atuação dos dealers no mercado de títulos públicos, na rede de financiamentos do BNDES e no financiamento eleitoral (2003-2018). 2021. Tese (Doutorado) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226802>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo; BOITO JR., Armando. Brazil: the failure of the PT and the rise of the “New Right”. **Socialist Register**, n. 52, 26 nov. 2015. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598#.VjPA7erQdU>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brazil beyond Lula: forging ahead or pausing for breath?. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 2, p. 31-44, 2011. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X10395890>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTOS, Leandro. **O PMDB no impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016)**: da patronagem à representação orgânica?. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SECCO, Lincoln. **História do PT**: 1978-2010. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

SEDGWICK, Mark. **Against the modern world**: Traditionalism and the secret intellectual history of twentieth century. Oxford University Press, 2004.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lezioni sul fascismo**. Roma: Editori Riuniti, 2019.

URBINATI, Nadia. **Io, il popolo**: come il populismo trasforma la democrazia. Bologna: Il Mulino, 2019.

VALLE, André Flores Penha. Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-2016. In: VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado Publicações, 2021. p. 249-278.

VALLE, André Flores Penha; NARCISO, Pedro Felipe. **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. São Paulo: Enunciado Publicações, 2021.